

APRESENTAÇÃO VELA
GRUPO DE TRABALHO DO DESPORTO DA ASSEMBLEIA DA REPUBLICA

Dr. Paulo Cavaleiro – Coordenador

Dr. Pedro Pimpão, Dr. Laurentino Dias, Dr. Artur Rego, Dra. Rita Rato

Introdução

Em primeiro lugar gostaria de agradecer o convite e a oportunidade de poder estar vir falar um pouco sobre o desporto Vela. Na verdade, desde que tomei posse como Presidente da Federação há cerca de 5 anos, é a primeira vez que sou recebido por este grupo de trabalho, apesar de já ter tido prazer de ser recebido por alguns deputados neste parlamento.

É pacífica a ideia de que o desporto em geral padece de demasiados problemas e equívocos. No quadro de crescentes dificuldades económicas em que vivemos e da redução do financiamento público, torna-se premente uma orientação estratégica que permita enfrentar as dificuldades financeiras.

Na verdade, os problemas do desporto prendem-se em grande medida com a falta dessa orientação estratégica e de um modelo de financiamento que seja equitativo.

Mas o grande equívoco do desporto é, sem dúvida, a caracterização dos diversos intervenientes quanto ao seu nível de responsabilidade e competência.

E é neste âmbito que irei centrar esta pequena apresentação, tentando demonstrar que algo de muito sério tem que ser feito.

Não é minha intenção apresentar-vos culpados dos males do desporto nem fazer juízos de valor sobre processos mais ou menos conseguidos. A responsabilidade aparenta ser geral, e no caso da Vela é bem grande, razão pela qual a sua regeneração tem sido tão dolorosa.

As federações desportivas são entidades privadas, que emanam da sociedade civil com características e dinâmicas próprias e compostas por cidadãos que emprestam o seu saber e competência em prol do País, integrando os órgãos eleitos democraticamente. Na verdade depende das federações praticamente toda a atividade desportiva.

É normal que algumas federações tenham mais dificuldades que outras, ou ainda que não desfrutem da credibilidade necessária na sua gestão. Mas isso é a democracia, e os mecanismos de diferenciação devem existir, não tanto para punir alegados incumprimentos mas para premiar as boas práticas.

Os Governos têm afirmado da importância das federações, criando até uma utilidade pública e um regime jurídico próprios.

Contudo, algo se tem passado, porque na prática o que sentimos é uma crescente desvalorização do papel das federações, pelo menos a Vela é assim, por parte da administração pública.

As relações de parceria são inexistentes e as sucessivas leis são em grande medida apenas constrangimentos e meros obstáculos burocráticos em muitos casos absolutamente desnecessários.

E tudo parece ir perigosamente no sentido da captura da identidade das federações, através de uma fórmula tutelar e paternalista por parte da administração pública (fazendo lembrar outras

épocas -IPDJ), ainda que encoberta com termos como “parceiras” ou “entidades fundamentais”, para classificar as federações. A razão aparenta ser a inabilidade do IPDJ em gerir as suas próprias limitações, muito em razão das competências que lhe são acometidas pelos sucessivos Governos, que parecem querer descarregar as suas próprias responsabilidades em terceiros.

- Porque é que o regime jurídico das federações desportivas não se aplica a outros agentes desportivos (COP, à CDP, à Fundação do desporto....)?
- Porque é que houve a necessidade de apenas legislar outra forma de organização e eleição das federações, em cima da Lei já existente que define as regras de organização das sociedades? -
- Porque é que o regime jurídico parece atribuir capacidades quase ilimitadas ao IPDJ, de controlo, investigação e punição às federações?

O que dizer deste regime jurídico em que as opiniões das federações nem foram consideradas e depois de aprovado, dizem-nos que tem que ser aprovada a sua aplicação nas respetivas AG's por $\frac{3}{4}$ dos votos, quando esse preceito está consignado para impedir certos abusos estatutários e não para impedir a aplicação da Lei como aconteceu com a FPV. Este ano fizeram-se alterações que mais não foram que corrigir erros da primeira versão (o facto do Presidente não se poder candidatar sozinho) ou cosmética, como passar a ver 2 juristas em vez de um nos conselhos de disciplina e de justiça, mas houve bom senso em apenas obrigar a eleições no final deste mandato, senão no meu caso, teria cumprido 3 mandatos em apenas 5 anos, pondo em dúvida se me poderia recandidatar.

Relativamente ao financiamento, muitas questões se levantam. A Vela durante cerca de 20 anos, foi das modalidades desportivas que menos recebeu, com uma medalha olímpica em Atlanta e dezenas de títulos internacionais pelo caminho. Nos últimos 4 jogos olímpicos, a Vela foi a modalidade que obteve mais diplomas, correspondentes a resultados até ao 8º lugar, num total de 11. Recebemos consistentemente durante esse período, os mesmos valores, mantendo-se no entanto a diferença percentual (até metade e menos) relativamente a outras modalidades sem quaisquer resultados relevantes. É notória a falta de equidade. A partir de 2004 o financiamento para o nosso projeto olímpico e Alto Rendimento passou de cerca de 700 mil euros ano para apenas cerca de 400 mil euros. Mas até 2011 tínhamos uma certeza, sabíamos com o que contávamos. De então para cá, a Vela foi a modalidade que mais cortes sofreu na generalidade, cerca de 38% no DPD, 37% no enquadramento técnico e no alto rendimento cerca de 24%, apesar de continuar a apresentar resultados desportivos relevantes. A capitação por atleta é a menor com exceção do Tenis de Mesa.

- Como é possível obrigarem-nos a apresentar um orçamento aprovado em AG em 15 de Dezembro, quando nos comunicam um corte de 20% no financiamento no final da época em Junho, como aconteceu em 2013? E o que dizer da Lei dos compromissos que em vez de penalizar o prevaricador, o IPDJ, veio penalizar as federações, que no caso da Vela ainda foi enganada com promessa que os contratos sucessivos só seriam alterados para cima e em Outubro de 2013, depois de fechadas as contas da época, apanhamos um corte suplementar de 3%.

E o que dizer do sistema duodecimal de financiamento com pagamento a 30 dias por parte do IPDJ? Somando a indefinição no financiamento, temos um acréscimo de cerca de 30% de custos adicionais para as seleções nacionais.

E o projeto Olímpico, que é financiado da mesma forma mas a ser pago neste momento a 60 dias para atividade e a 90 dias para o apetrechamento. Mas neste caso existem outras particularidades. Como sabeis, o Governo lançou um projeto a 3 Olimpíadas, mas os atletas têm que provar que merecem estar no projeto em cada 3 meses...através do cumprimento de uma grelha transversal de resultados imposta pelo COP/IPDJ, Independentemente da alteração das

condições e pressupostos. Reparem que a Vela não recebeu qualquer apoio relativamente ao projeto Rio 2016 no último trimestre de 2012 e toda a época de 2013 até Julho, depois começou a receber em duodécimos a 60 dias. A meio do Mundial de Classes Olímpicas de Santander em Setembro passado, que apurou 50% das Classes para os jogos, tivemos dificuldades em pagar as refeições dos atletas. Mesmo assim conseguimos apurar duas classes e teríamos apurado 4 (o mesmo que em 2007) caso as regras fossem idênticas às dessa altura, ou seja, serem apuradas 75% das classes. Apesar dos avisos atempados e de propostas concretas, o COP informou-nos que apenas os velejadores da Classe 49er continuariam no projeto, porque só estes cumpriram a tal "grelha".

Outras situações também relevantes...

Podemos falar do Conselho Nacional do Desporto, onde as federações deveriam ter assento por direito próprio e por Lei, que diz que as "Federações têm direito a estar representadas no CND...", pelo menos para se defenderem quando estão em causa decisões sobre elas, tal como aconteceu com a Vela que viu tal Conselho aprovar a suspensão de cerca de 1 milhão de euros com consequências absolutamente horríficas, principalmente para os atletas, e que se mantém até à data.

Podemos ainda falar das necessidades específicas de apetrechamento e equipamento que não é tido em conta desde 2006 e que está agora previsto no âmbito do projeto Olímpico.

Também das instalações da FPV, quer administrativas quer de armazenamento do equipamento, em risco de derrocada e que não merece qualquer atenção por parte administração pública.

Da Lei que espera regulamentação que prevê a organização de eventos desportivos internacionais em território nacional sem a anuência das respetivas federações.

Podíamos também falar no financiamento aos eventos desportivos e o papel da fundação do desporto em 2014, que financiou eventos e atletas sem que tivéssemos conhecimento ou acesso a tais candidaturas.

Ou ainda do Centro de Alto Rendimento da Vela, que como sabem, não existe e, nem está previsto de todo.

Ou ainda da notoriedade atribuída pelo Governo com consequência nos media, de eventos desportivos realizados em Portugal ou ainda dos títulos internacionais obtidos pelos nossos atletas. A FPV organizou em Julho passado o maior evento desportivo do ano e um dos maiores de sempre em Portugal, e o maior Campeonato do Mundo da Juventude de sempre com 67 países e cerca de 400 atletas. Portugal obteve um excelente 5º lugar.

Mas também obtivemos recentemente um título Vice-campeão Europeu da Classe Snipe e uma medalha de prata individual nos jogos Olímpicos da Juventude, que nunca foram tão valorizados como outras modalidades que provavelmente até nem dependem tanto assim de financiamentos públicos para a preparação dos seus atletas (o surf, Ténis, Ténis de mesa, Golfe, Ciclismo e Futebol).

José Manuel Leandro
Federação Portuguesa de Vela
23 de Outubro de 2014



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VELA

A NAVEGAR
DESDE 1927
WWW.FPVELA.PT

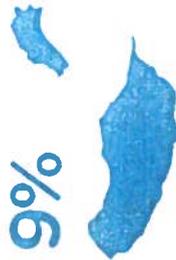


DEMOGRAFIA FEDERADA 2013



REGIÃO MADEIRA
7 CLUBES

9%



REGIÃO AÇORES
14 CLUBES

17%



REGIÃO NORTE
19 CLUBES

24%



REGIÃO CENTRO
31 CLUBES

38%



REGIÃO SUL
10 CLUBES

12%



1874 VELEJADORES
152 TREINADORES
67 ARBITROS



81 CLUBES
17 ASSOCIAÇÕES DE CLASSE
5 ASSOCIAÇÕES REGIONAIS
1 ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TREINADORES DE VELA





FILIAÇÃO EM ORGANISMOS



INTERNACIONAIS:

- ISAF - International Sailing Federation;
- EUROSAF - European Sailing Federation;
- FIVELA - Federación Iberoamericana de Vela;
- IFDS - International Association for Disabled Sailing;



NACIONAIS:

- COP - Comité Olímpico de Portugal;
- CDP - Confederação do Desporto de Portugal;
- CPP - Comité Paralímpico de Portugal.



REPRESENTAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS



ISAF - INTERNATIONAL SAILING FEDERATION

- 1 Delegado na Reunião Anual e Assembleia-Geral;
- 1 Membro no "Constitution Committee";
- 1 Membro no "Events Committee";
- 1 Membro no "Match Racing Committee"



EUROSAF - EUROPEAN SAILING FEDERATION

- 1 Delegado na Reunião Anual;
- 1 Delegado na Reunião de Intercâmbio de Juizes .





RESUMO ATIVIDADE 2013

EVENTOS DESPORTIVOS

NACIONAIS:

Campeonatos de Portugal	5
Campeonatos Nacionais de Classes	8
Provas de Apuramento Nacional	14
Provas de Apuramento Regional e Campeonatos Regionais	39
Provas de Cruzeiros	109
Provas Internacionais	13
Outras Provas	85
Total	273

INTERNACIONAIS:

Provas	42
Países	20
Veladores	181





RESULTADOS 1994 - 2014

JOGOS OLÍMPICOS MEDALHAS

1996 • Medalha Bronze
2014 • Medalha Prata (J.O. Juventude)
Total • 2

JOGOS OLÍMPICOS DIPLOMAS

1996 • 1
2000 • 3
2004 • 3
2008 • 3
2012 • 2
Total • 12

TÍTULOS MUNDIAIS

1994 • 1
1995 • 1
1996 • 1
1997 • 1
1998 • 1
2003 • 1
2005 • 2
2006 • 1
Total • 9

TÍTULOS EUROPEUS

1994 • 1
1995 • 1
1997 • 2
1998 • 1
2006 • 1
2007 • 1
2008 • 1
2013 • 2
Total • 10

MEDALHAS DE PRATA MUNDIAIS E EUROPEUS

1995 • 1
1996 • 1
1997 • 3
1998 • 1
1999 • 1
2001 • 1
2004 • 1
2005 • 1
2007 • 2
2008 • 2
2010 • 2
2013 • 1
2014 • 1
Total • 18

MEDALHAS DE BRONZE MUNDIAIS E EUROPEUS

1994 • 1
1995 • 2
1996 • 1
1998 • 3
1999 • 3
2003 • 1
2004 • 2
2005 • 1
2006 • 2
2008 • 1
2010 • 1
2013 • 2
2014 • 1
Total • 21

MEDALHAS EM PROVAS INTERNACIONAIS

	OURO	PRATA	BRONZE
1994	2	1	1
1995	2	1	2
1996	1	1	2
1997	3	3	-
1998	2	1	3
1999	-	1	3
2001	-	1	-
2003	2	1	1
2004	-	-	2
2005	2	1	1
2006	4	-	2
2007	2	2	6
2008	1	1	3
2009	1	-	3
2010	1	2	3
2011	-	1	-
2012	1	1	-
2013	11	8	9
2014	-	2	1
Total	35	28	42



APOIO FINANCEIRO ÀS FEDERAÇÕES 1994 > 2011

FEDERAÇÕES OLÍMPICAS

	ATLETISMO	GINÁSTICA	JUDO	NATAÇÃO	TENIS DE MESA	VELA
Atividades Regulares	1.753 > 2.060	351 > 713	518 > 715	668 > 1.205	355 > 310	328 > 659
Alto Rendimento	853 > 753	147 > 482	374 > 521	304 > 492	62 > 100	150 > 255
Total	2.606 > 2.813	498 > 1.199	892 > 1.236	972 > 1.697	417 > 410	478 > 914
Diferença 2013 > 1994 MILHARES €	+ 207 +8%	+ 701 +141%	+ 344 +39%	+ 725 +75%	- 7 -2%	+ 436 +91%

FEDERAÇÕES NÃO OLÍMPICAS

MOTO CICLISMO

Atividades Regulares	75 > 287
Alto Rendimento	- > -
Total	75 > 287
Diferença 2013 > 1994 MILHARES €	+ 212 +283%





APOIO FINANCEIRO ÀS FEDERAÇÕES 2011 > 2013

FEDERAÇÕES OLÍMPICAS

	ATLETISMO	CANOAGEM	GINÁSTICA	JUDO	NATAÇÃO	VELA
Desenvolvimento Prática Desportiva	1.433 > 1.169	146 > 127	597 > 514	546 > 432	1.012 > 801	485 > 300
Enquadramento Técnico	627 > 464	56 > 46	120 > 157	169 > 141	193 > 141	174 > 109
Alto Rendimento	753 > 658	175 > 139	482 > 343	521 > 424	492 > 376	255 > 194
Total	2.813 > 2.291	377 > 312	1.199 > 1.014	1.236 > 997	1.697 > 1.318	914 > 603
Diferença 2013 > 2011 MILHARES €	- 522 -19%	- 65 -17%	- 185 -15%	- 239 -19%	- 379 -22%	- 311 -34%

FEDERAÇÕES NÃO OLÍMPICAS

	MOTO CICLISMO
Desenvolvimento Prática Desportiva	254 > 193
Enquadramento Técnico	33 > 29
Total	287 > 222
Diferença 2013 > 2011 MILHARES €	- 65 -23%





Nº DE ATLETAS EM ALTO RENDIMENTO 2013 FEDERAÇÃO / VALOR POR ATLETA

	1º	2º	3º	4º	5º	6º
	ATLETISMO	NATAÇÃO	JUDO	GINÁSTICA	VELA	TENIS DE MESA
€	658	376	424	343	194	68
👤	32	18	27	11	26	9
€/👤	21	21	16	31	7	5

€ 👤 €/👤

* VALOR * Nº ATLETAS * VALOR MILHARES € - POR ATLETA





RESULTADOS TOP 8 (FINALISTAS) ÚLTIMOS 4 JOGOS OLÍMPICOS

	VELA	ATLETISMO	JUDO	GINÁSTICA	TENIS DE MESA	NATAÇÃO
	11	10	5	1	1	0
	-	4	1	-	-	-



Esta tabela representa o número de resultados finalistas destas federações nos seguintes Jogos Olímpicos: **Sydney, Atenas, Pequim e Londres. Incluem-se Medalhas e Diplomas Olímpicos.**



* FINALISTAS



* MEDALHAS





MARKETING E COMUNICAÇÃO



A vela, dependendo do decorrer do ciclo olimpico, tem um valor Media entre os
8 e os 12 milhões de euros
e atinge um número superior a duas mil notícias publicadas anualmente em
diferentes meios de comunicação social.





DESPORTO É INVESTIMENTO



O financiamento público ao desporto deve ser entendido não como uma despesa, **mas como um investimento gerador de desenvolvimento no plano económico e social.**

Compreendemos as dificuldades que o país atravessa, mas não é por demais reafirmar que não é ao nível da despesa pública nacional, que o financiamento que o desporto necessita será fator impeditivo para o país alcançar o equilíbrio orçamental.

Estamos conscientes que os vetores exteriores ao desporto irão agravar ainda mais os problemas que o setor já possui, os quais sem uma solução à vista.





POLÍTICA DESPORTIVA



CONSIDERAMOS QUE SE DEVEM CONSTITUIR COMO PRIORIDADES:

- > Reformulação da legislação desportiva, clarificando o papel de cada interveniente, considerando que são as Federações as entidades mais importantes, cujo estatuto jurídico-legal deve ser respeitado e fortalecido.
- > Criação de um novo modelo de financiamento ao desporto federado justo e equitativo, que facilite e promova a prática desportiva, através de critérios como:

Valor por praticante,

Valorização de resultados,

Apetrechamento logístico,

Logística,

Aposta na regionalização do desporto em detrimento do enquadramento por distrito





POLÍTICA DESPORTIVA

- > Apoiar o desporto de alto rendimento e as seleções nacionais, investindo em projetos olímpicos e paralímpicos, de forma atempada e contratualizada.
- > Aperfeiçoar o regime fiscal indo de encontro as necessidades das Federações Desportivas.
- > Desporto vs Educação. Proporcionar aos jovens uma maior compatibilização entre o percurso escolar e a carreira desportiva, face à estancuidade das atuais matrizes curriculares do ensino secundário.
- > Relevar a importância da organização de grandes eventos internacionais, tendo em vista a afirmação de Portugal e o estímulo à prática desportiva.





CONCLUSÕES

- > Mais que um desporto, a vela é uma escola de vida potenciando factores de personalidade como a solidariedade ou os espiritos de sacrifício e de equipa.
- > A prática da modalidade abre horizontes a nível profissional, fruto do profundo conhecimento do mar e da sua mais valia em termos económicos.

A FPV é uma entidade de grande relevância para a criação e desenvolvimento de programas nessas áreas.





FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VELA

A NAVEGAR
DESDE 1927
WWW.FPVELA.PT